

Plano de Cidade

GUSTAVO PAIM

Carmen Santos

ELEIÇÕES 2020

Plano de Cidade da Candidatura de Gustavo Paim e Carmen Santos
para Prefeitura de Porto Alegre/RS.
Coligação Porto Alegre pra Ti (Progressistas e Avante)

Manifesto

Deu de Crise!

Porto Alegre chega aos seus 248 anos em meio a uma crise sem precedentes — principalmente na saúde, na economia e na política.

"Deu de crise!", mais do que um posicionamento crítico sobre o Prefeitura e o momento que vivemos, é um sentimento presente em cada lar desta cidade. E, para cada crise, é necessária uma solução concreta. Ou seja: estar conectado com as dores e as esperanças dos porto-alegrenses.

Porto Alegre precisa de um projeto autêntico de centro-direita para defender o bem comum: o interesse da cidade e de todos os seus cidadãos. Com uma política do respeito, da pluralidade e da construção.

Defendemos uma candidatura de ideias e princípios, com lado e posicionamento. Uma candidatura que está ao lado:

- Da maioria da população que **torce para que o governo Bolsonaro dê certo**;
- De quem quer **preservar as vidas e os empregos**;
- De quem está **angustiado com a pandemia**;
- De quem quer **empreender com mais liberdade**;
- De quem se **decepcionou profundamente com a falta de capacidade e de equilíbrio do atual prefeito**;
- De quem **não quer ver o PT e sua turma voltando à prefeitura**.

Se o passado não anima e o presente nos decepciona, precisamos andar pra frente. Fazer diferente de verdade. Preservando o que de certo foi feito, mas mudando as coisas que estão erradas. **Mudando, principalmente, o jeito de fazer.**

Então, **o que significa ser de centro-direita para governar Porto Alegre?** Que importância isso tem na vida das pessoas?

- Uma visão **liberal na economia**: a prefeitura precisa servir à sociedade, e não servir-se dela.
- Uma visão que valorize a família e os valores como base da sociedade.
- Uma **gestão moderna**, conectada com a vida real do cidadão, aberta aos porto-alegrenses;
- Uma prefeitura que seja **firme na segurança** e que **não deixe ninguém pra trás**. Que ajude a guiar a todos para um momento com mais tranquilidade, oportunidades e bem-estar.

A gente precisa **recuperar a Porto Alegre que é dos porto-alegrenses** — e não uma cidade de brigas, de decisões fechadas em gabinete, de um poder público que quer fazer de tudo um pouco, mas não cuida do essencial.

Gustavo Paim tem o perfil e o projeto certo para tirar Porto Alegre da crise. Como vice-prefeito, buscou construir as pontes que o Prefeito destruiu. É um homem do diálogo, que conhece a prefeitura e as comunidades de perto.

Precisamos de um olhar diferente. Que alinhe Porto Alegre com o Brasil. Que endireite as coisas. Que acelere.

Deu de crise, Porto Alegre!

Perfil dos Candidatos

Gustavo Paim, candidato a prefeito:

Raízes

Gustavo Paim é filho do engenheiro agrônomo e professor Nilton Rodrigues Paim e da bibliotecária Maria Isabel Bohrer Paim, servidores públicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aos 43 anos, nasceu e passou toda sua vida em Porto Alegre, cidade em que construiu sua trajetória pessoal e profissional.

Formação profissional

Gustavo Paim é advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É professor universitário há 17 anos, atualmente lecionando no curso de graduação da Escola de Direito da Unisinos e em cursos de pós-graduação. Em sua formação acadêmica, possui Especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Antes de ser eleito Vice-Prefeito de Porto Alegre, exerceu a advocacia por 17 anos, tendo sólida e destacada atuação em Direito Eleitoral e Direito Processual. Como professor de graduação e pós-graduação, é palestrante convidado por diversas entidades para tratar de temas de Direito e de Política, sendo há mais de 10 anos presença constante em debates políticos nas emissoras de rádio e de televisão. Na área de atuação de Direito Eleitoral e Direito Processual, escreveu e publicou livros, capítulos de livros e diversos artigos científicos em revistas especializadas.

Aperfeiçoamento

Gustavo Paim busca permanente aperfeiçoamento em suas áreas de atuação, possuindo título de Especialista, Mestre e Doutor. Não apenas se destaca pela capacitação pessoal e profissional, como se distingue na formação de alunos, participando de bancas de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Tem diplomas de proficiência nas línguas espanhola, inglesa, francesa e italiana.

Atuação reconhecida

Por sua atuação destacada, Gustavo Paim alcançou as mais altas honrarias de

um professor universitário, tendo sido professor homenageado, paraninfo e patrono de diversas turmas da Unisinos e da ULBRA. Em seu curso de graduação, recebeu o prêmio de destaque solidariedade. Em sua Especialização, recebeu conceito máximo, o que igualmente alcançou em sua dissertação de Mestrado. Em virtude de sua formação profissional e acadêmica, conhece os meandros da Política, estando preparado para contribuir com a construção de uma nova forma de fazer política.

Atuação como vice-prefeito

Como vice-prefeito, Gustavo Paim procurou construir pontes, de forma atuante, tendo se destacado por estar sempre com o gabinete aberto para a sociedade, além de se fazer presente nas comunidades, tendo participado de dezenas de assembleias do Orçamento Participativo. Também acumulou atuação no nascimento da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e na Secretaria Municipal de Relações Institucionais. Como vice-prefeito, coordenou o Grupo de Trabalho que entregou o Trecho I da Orla do Guaíba - Parque Moacyr Scliar - e que validou projetos, orçamentos, realizou a licitação e a contratação do Trecho 3 da Orla, ora em andamento. Como Secretário de Relações Institucionais, conseguiu fazer com que houvesse recorde de arrecadação do FUNCRIANÇA e do FUNDOIDOSO, além de ter representado Porto Alegre em inúmeras redes e eventos internacionais, apresentando o projeto de resiliência e o 4º Distrito, o que atraiu interesse de financiamento internacional.

Após quase quatro anos como vice-prefeito, Gustavo Paim conhece suficientemente a cidade de Porto Alegre e a administração pública municipal para se apresentar como uma opção de renovação segura e confiável para conduzir nossa Capital na superação das crises existentes.

Carmen Santos, candidata a vice-prefeita:

Raízes

Carmen Santos, 54 anos, é filha do comerciante Emilio Silva e da auxiliar de produção de fábrica Julieta Gasparly Silva, atualmente aposentados. Nasceu na cidade de Bagé e, aos três anos, chegou à Porto Alegre - residindo diretamente na região da Cruzeiro - região em que construiu sua trajetória pessoal e profissional.

Formação profissional

A candidata a vice-prefeita é graduada em matemática e ciências - licenciatura plena, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É professora municipal aposentada desde 2019, atualmente presidente do Partido Avante do Rio Grande do Sul. Em sua formação acadêmica, possui especialização em Gestão da Educação em Diferentes Espaços Educativos pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (2004).

Atuação reconhecida

Carmen Santos teve destacada atuação na área de educação em espaços de periferias urbanas e Ciências Sociais Aplicadas, participando ativamente em conferências e conselhos locais, com ênfase na efetivação das políticas públicas e sociais. No plano da educação, atuou na Secretária Municipal de Educação de Porto Alegre, desempenhando as funções de alfabetizadora e docente de matemática, Conselheira Municipal de Educação, diretora de escola municipal e Coordenadora das Governanças de Educação. No âmbito social, atuou na Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, ocupando os cargos de Gerente e Articuladora regional, Coordenadora do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), chefia de gabinete, presidente do CMAS (Conselho Municipal de Assistência social) de Porto Alegre e Coordenadora Técnica de Emendas Parlamentares na Secretaria Municipal da Fazenda e Tesouro

Ao longo da sua trajetória, buscou fomentar espaços de discussão e construção de projetos de políticas públicas da educação municipal e assistência social, visando sempre a área comunitária e social, além do empoderamento de vidas. Sua atuação é destacada por líderes, associações comunitárias e moradores, especialmente nas regiões da Grande Cruzeiro, Cristal e Glória.

Por toda sua trajetória comunitária, pelo profundo conhecimento das áreas de educação e assistência social, Carmen Santos está preparada para contribuir com a superação das crises e a construção de uma Porto Alegre inclusiva e que não deixe ninguém para trás.

Plano de Cidade

Porto Alegre precisa e pode muito mais. Ao longo dos últimos meses foram realizados diversos encontros temáticos, de forma aberta, do projeto Novos Caminhos, com a participação de mais de 300 pessoas, entre elas, representantes das comunidades, educadores, empresários, médicos e políticos que apontaram oportunidades que a cidade de Porto Alegre tem para avançar, para superar a atual crise social, econômica e política.

Além disso, esse plano de cidade foi construído ouvindo diretamente a população nos bairros, entendendo suas angústias e esperanças, suas frustrações e expectativas para um novo governo. A proposta surge para atender e servir ao protagonista principal da cidade de Porto Alegre, o cidadão. O primeiro passo para produzir esse plano foi definir os propósitos e diretrizes que sustentam as nossas propostas, independente do tema, e que nos guiarão durante todo o governo:

- Diálogo como ferramenta para a construção de soluções e superação das crises;
- A prefeitura a serviço da cidade e do cidadão;
- Tolerância zero com a corrupção e com a criminalidade;
- Visão liberal na economia, com respeito à pluralidade, convivência com o contraditório e abertura para a contribuição de todos;
- Qualificação dos serviços públicos de forma não estatal, por meio de parcerias com a iniciativa privada;
- Desenvolvimento da cidade com foco na inovação, na economia criativa e na economia solidária;
- Gestão moderna, conectada com a vida real e com as necessidades das pessoas;
- Parceria com a iniciativa privada para construir um modelo de gestão pública eficiente e resolutivo;
- Desburocratização e digitalização dos serviços públicos;
- Alinhamento com agendas políticas de reformas e transformação do país;
- Mudança no jeito de governar: mais diálogo, menos brigas sem sentido, mais abertura e participação;
- Menos prefeitura, mais sociedade: governo com menos decisões autoritárias e mais aberto às contribuições sociais;

- Reforço no controle e na participação social;
- Respeito e proteção à família, interesse público e bem comum como diretriz básica de todas as políticas públicas;
- Boa fé do cidadão;
- Cuidado e carinho com a nossa cidade, devolvendo os espaços públicos aos cidadãos;
- Cidade para todos, sem deixar ninguém para trás;
- Liberdade econômica e equilíbrio fiscal.

Dessa forma, apresentamos nosso plano de cidade dividido em 11 temas que pretendem iniciar uma retomada social, política e econômica de Porto Alegre, com mais diálogo, mais abertura, mais transparência e muito menos conflito. Claro que um plano de cidade nunca é uma obra definitiva e acabada. Aqui apresentamos um ponto de partida, com ideias e propostas concretas, mas que certamente serão aprofundadas e aperfeiçoadas ao longo da caminhada e com a participação e contribuição de muitos outros atores.

1. Desenvolvimento Econômico

Nos últimos 3 anos (2017, 2018 e 2019), segundo o CAGED, o saldo de empregos (admissão – demissão) em Porto Alegre foi negativo em 7.344 empregos. Mas a notícia que não é boa, ainda pode piorar. Se pegarmos esse mesmo indicador em 2020, disponível até maio, o resultado é mais assustador: são menos 21 mil postos de trabalho em nossa capital. E, nos últimos meses, a pandemia agravou essa situação. Claro que o Brasil como um todo enfrentou uma grande onda de dificuldades econômicas. Entretanto, quando observamos o desempenho do emprego por capitais, verificamos que Porto Alegre, além de gerar esse déficit, é a penúltima colocada, a frente apenas da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo dados da SMDE/PMPA, de 2013 a 2018, estima-se que Porto Alegre perdeu quase 4 mil empresas, observando as maiores quedas em relação à indústria, comércio e construção civil, essa última em especial pela saturação (ou limitação) da construção em áreas de maior valorização ou procura comercial. Basicamente o único setor que se manteve estável foi o de prestação de serviços, que representa a maior

fatia do número de empresas. Precisamos mudar essa estatística gerando mais emprego e renda através da atração, retenção e desenvolvimento de novos negócios em nossa capital.

Porto Alegre tem que ter a missão e a visão de ser a capital nacional da liberdade econômica, criando um ambiente que valorize o empreendedorismo e a geração de emprego e renda. Para isso, é preciso desburocratizar a administração pública, parando de atrapalhar quem quer empreender. Deve-se facilitar e simplificar o processo de abertura de novas empresas, transformando Porto Alegre em uma cidade amiga do empreendedor. Se queremos atrair e manter negócios, não permitiremos qualquer aumento de tributos municipais. Deu de crise na economia. Nossas propostas:

- Implementar de forma efetiva a lei da liberdade econômica, tornando Porto Alegre a capital do empreendedorismo;
- Articular crédito para atrair e reter *startups* e impulsionar o Pacto Alegre através de uma reprogramação desafiadora de projetos;
- Estabelecer prazos máximos para todos os órgãos públicos;
- Viabilizar a aprovação tácita quando do descumprimento dos prazos estabelecidos em razão do princípio da boa fé;
- Centralizar e virtualizar o atendimento ao cidadão e ao empreendedor, gerando economia, controle, transparência e redução da burocracia;
- Estabelecer como premissa a fiscalização inicial pedagógica, de forma que o empreendedor possa ver no poder público um parceiro para o seu desenvolvimento e não um mero órgão arrecadador e punitivo;
- Realizar uma ampla revisão normativa, com atualização, consolidação e sistematização das normas, excluindo contradições e lacunas e trazendo segurança jurídica para quem quer empreender;
- Promover uma revisão profunda no Plano Diretor com foco no adensamento, na qualidade da mobilidade e no desenvolvimento urbano, econômico, social e ambiental;
- Reduzir as exigências documentais que geram burocracia para atividades econômicas: fim do alvará para atividades de baixo risco;
- Realizar uma ampla revisão tributária do ISS com foco na simplificação e desenvolvimento econômico, visando aumentar a competitividade da

nossa capital;

- Revisar a lei que gerou aumento de arrecadação com o IPTU, especialmente o aumento progressivo das alíquotas para imóveis não residenciais, adequando a questão tributária à realidade pós pandemia;
- Acelerar o programa de concessão de próprios municipais permitindo empreendimentos e atividades profissionais em parques e praças de forma harmônica e sustentável;
- Fomentar o desenvolvimento econômico e social do 4º distrito a partir do *masterplan* urbanístico e toda sua potencialidade geográfica.

2. Turismo

Porto Alegre apresenta um potencial turístico de alta relevância. A capital possui ativos culturais (como a noite dos museus e o acampamento farroupilha), estruturais (como o Guaíba e a sua orla, o arquipélago e a zona rural - segunda maior do Brasil entre as capitais), esportivos (como o náutico e o futebolístico, destacando-se a representatividade de Inter, Grêmio e a marca Gre-Nal), roteiros específicos (como o gastronômico, rural, cervejeiro e o enoturismo) e serviços de ponta (como o polo de saúde). Além de tudo isso, estamos na rota principal dos grandes fluxos turísticos que vêm ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 2018 por exemplo, segundo o Ministério do Turismo, mais de 1 milhão de turistas estrangeiros passaram pelo Rio Grande do Sul, o que corresponde a cerca de 16% de participação no cenário nacional.

Há que se salientar que a serra gaúcha é um dos destinos mais visitados no Brasil e o aeroporto da capital é um dos principais meios utilizados pelos turistas que para lá se deslocam. Se de um lado temos uma ampla circulação turística e a demanda está passando a nossa frente, por outro lado, nos últimos anos, as ações da Prefeitura foram muito tímidas e os números da taxa de ocupação da rede de hospedagem comprovam isso. O grande marco que Porto Alegre experimentou nesses últimos tempos para o turismo foi a inauguração da primeira parte revitalizada da orla, sob coordenação do Vice-Prefeito Gustavo Paim, agora candidato a Prefeito.

Precisamos e podemos mais no turismo, mola propulsora da retomada da economia em um projeto de Estado e não de Governo, com órgãos mais técnicos e

menos políticos, que possa atrair e reter turistas através do incentivo e institucionalização do turismo "setorial", de uma cidade convidativa e de ações básicas de comunicação, infraestrutura, fomento e monitoramento do turismo. Deu de crise no turismo. Nossas propostas:

- Criar o projeto *Poa StopOver* com a Serra Gaúcha e o Litoral, promovendo a permanência em nossa capital por, pelo menos, 1 ou 2 dias dos turistas que vão para esses destinos;
- Desenvolver e potencializar os caminhos turísticos de Porto Alegre, promovendo o turismo rural, cervejeiro, gastronômico, náutico, futebolístico e o enoturismo, propondo a inclusão de áreas turísticas no plano diretor (Ex.: Caminhos Rurais e Distrito Cervejeiro);
- Implementar com a iniciativa privada o Centro de Convenções e Eventos;
- Desenvolver um calendário de eventos turísticos em Porto Alegre;
- Acelerar a concessão para construção e gestão do trecho 2 da orla bem como a concessão dos trechos 1 e 3;
- Instituir o passaporte do turismo integrando os diversos meios de mobilidade urbana e os roteiros turísticos;
- Elaborar um plano de *marketing* com o envolvimento de todos os atores colocando o turista como centro da discussão;
- Transformar a interação com o turista, através de tecnologia georeferenciada e comunicação inteligente ativa;
- Potencializar o turismo de negócios e eventos de nossa Capital;
- Conceder à iniciativa privada a exploração da Linha Turismo, desenvolvendo as diversas potencialidades de roteiros.

3. Saúde e Saneamento

Porto Alegre é o segundo maior polo de saúde do Brasil, atrás apenas de São Paulo. Mesmo com a relevância desse *hub*, a saúde pública precisa avançar muito, a fim de superar a crise sanitária. Para tanto, deve-se levar em consideração quatro pilares essenciais: acesso do paciente, qualidade do acesso, gestão do acesso e financiamento.

Importante sempre destacar que saúde pública não é sinônimo de saúde estatal,

havendo atendimento prestado diretamente pelo poder público, mas também por entes privados, incentivando-se a contratualização e a prestação de serviços de melhor qualidade, com menor custo ao erário e com mais eficiência, tendo sempre como foco o cidadão. Dessa forma será possível um melhor atendimento aos municípios, qualificando o acesso e sua gestão e permitindo um financiamento mais adequado às limitações do orçamento público.

Em relação ao acesso, a extensão de horário de atendimento até as 22h das unidades básicas de saúde em cada uma das oito gerências distritais, proposta elaborada por especialistas do Progressistas na campanha de 2016 e que acabou sendo levada inclusive ao governo federal, mostrou-se correta. Da mesma forma, a telemedicina é fundamental para aumentar ainda mais o acesso, bem como sua qualidade e gestão, buscando-se maior resolutividade das demandas.

Ocorre que o avanço tecnológico, a inclusão da telemedicina e a abertura de unidades de saúde por um período maior de tempo precisam ser observadas do ponto de vista da jornada do paciente. Não adianta acelerarmos as consultas se boa parte delas exigirem exames que não tenham a mesma eficiência na execução. Não adianta abriremos um posto até mais tarde se a farmácia que distribui o remédio só estiver aberta no outro dia ou após o final de semana.

A interoperabilidade dos sistemas e a integração de todos os atores na atenção à saúde também se mostra necessária, com a integração das informações de saúde do cidadão com outros sistemas, com as unidades básicas de saúde, pronto-atendimentos, hospitais, farmácias, clínicas e conveniadas.

A melhoria da gestão do acesso deve levar em consideração a necessária redução da taxa de desocupação de leitos, aumentando a disponibilidade e permitindo maior acesso à saúde. Também mediante tecnologia e inovação se faz necessário avançar no aviso de consultas, exames, remédios e acompanhamentos médicos, a fim de minimizar o absenteísmo e melhor gerir o sistema de saúde.

Em termos de prevenção à saúde, deve-se qualificar a cobertura da saúde da família, sendo importante o diálogo e a construção de alternativas, para não se passar um governo inteiro com discussões e dúvidas jurídicas que prejudicam essencialmente

os cidadãos que se veem privados da indispensável atenção básica.

Os equipamentos municipais de saúde precisam ser qualificados, merecendo relevo as necessidades de avanços e melhorias no Hospital de Pronto Socorro e no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. Em relação às unidades básicas de saúde, indispensável a análise das condições físicas e estruturais, avançando-se para clínicas da família que concentrem maior número de equipes de saúde da família, sem descuidar da regionalização e da indispensável presença em comunidades carentes de nossa capital.

Além de todo esse desafio, o ano de 2020 foi atípico. Fomos impactados pela maior crise sanitária dos últimos tempos que vem promovendo consequências de médio e longo prazo que poderão ser piores do que até agora vivemos. Não se pode desconsiderar a gravidade da pandemia, mas também não se pode aplicar um remédio que agrave ainda mais as consequências da doença. Entre os desafios imediatos à próxima gestão está o processo de imunização contra a COVID-19 e que deverá ter prioridade máxima.

É importante deixar evidente que a saúde pública também está intimamente ligada ao saneamento básico. Segundo o instituto Trata Brasil, o aumento de doenças infecciosas e contagiosas aumenta proporcionalmente à falta de saneamento.

De acordo com o DMAE, Porto Alegre tem cerca de 43% de seu esgoto não tratado, sendo 10% sem coleta e 33% coletado mediante esgotamento misto, sem separação do cloacal e do pluvial. Além disso, as perdas de água tratada e de faturamento aumentaram em quase 20% nos últimos anos.

Precisamos investir e ampliar a oferta de serviços de saúde pública para a população com soluções a partir de um olhar sistêmico, inteligente e em parceria com todos atores de saúde de Porto Alegre. Além disso, é fundamental avançar em um novo modelo de saneamento básico, através de parcerias com a iniciativa privada, que traga muito mais saúde e qualidade de vida para os cidadãos e menor impacto ambiental. Deu de crise na saúde e no saneamento. Nossas propostas:

- Priorizar, tão logo disponíveis, os procedimentos de imunização contra a COVID-19;

- Valorizar os agentes comunitários de saúde, reconhecendo a importância de tal profissional na prevenção e na atenção básica;
- Ampliar os esforços na telemedicina e formar parcerias com as universidades para outras soluções tecnológicas em saúde, aumentando o acesso, sua qualidade e gestão, e buscando maior resolutividade das demandas;
- Intensificar os investimentos na primeira infância;
- Investir em tecnologia e inovação para obtenção e tratamento de dados, por meio de parcerias com as universidades e com o setor privado, para direcionar as políticas de saúde pública;
- Viabilizar sistema de aviso de exames, consultas, remédios e encaminhamentos médicos para evitar o absenteísmo;
- Investir na interoperabilidade e integração de sistemas de toda a rede de saúde, como hospitais, pronto atendimentos, unidades básicas de saúde, farmácias, clínicas e conveniadas;
- Viabilizar melhorias nas estruturas permanentes (HPS, Hospital Materno Infantil, Pronto Atendimentos e Unidades de Saúde);
- Ampliar o acesso ao sistema de saúde, seja com o uso de tecnologia, seja pela ampliação dos horários de atendimento com base em dados e indicadores;
- Viabilizar, em conjunto com a rede privada de farmácias, o fornecimento e a dispensação de medicamentos em qualquer dia e hora;
- Enfrentar as filas e gargalos de consultas, exames e procedimentos por meio de convênios e contratualizações com entes privados, com contratos bem elaborados para apuração de produtividade e resultado;
- Criar protocolos específicos para fortalecer a rede de atenção básica de saúde na prevenção das doenças cardiovasculares e pulmonares;
- Realizar a Parceria Público Privada do Saneamento em Porto Alegre;
- Combater o desperdício (perda) de água tratada até a chegada na casa do consumidor com o intuito de reduzir prejuízos milionários de recurso públicos;
- Promover campanhas de conscientização junto aos usuários para a economia de água.

4. Educação

Porto Alegre é a capital com maior média remuneratória de professores, que possui os colaboradores com melhor formação acadêmica, mas que não vê esse investimento refletir em resultados aceitáveis para os alunos da rede municipal.

Os números do IDEB e da Prova Brasil de Porto Alegre são decepcionantes e inaceitáveis. Nossa capital segue sem atingir uma meta tímida. Quais pais ficariam satisfeitos com uma nota 5,0 de seus filhos? Esta é a meta para os anos finais do ensino fundamental em 2019, uma meta abaixo da média de aprovação. Mesmo assim, a nota de Porto Alegre foi 4,0. Se for analisada apenas a rede municipal, o resultado foi ainda pior: 3,7. É inconcebível que, ao final do ensino fundamental, quando os alunos ingressam no ensino médio, tenhamos resultados pífios e vergonhosos, piores do que na avaliação anterior. Nos anos iniciais o cenário não é muito diferente. Em que pese se tenha uma nota pouco superior do que o último exame, o IDEB ficou em 4,9. Não é possível comemorar a mediocridade. Quando nos comparamos com as demais capitais do País, figuramos na parte de baixo da tabela.

Também é importante analisar a rede própria de educação de Porto Alegre, que é uma das menores dentre as capitais brasileiras, sendo inclusive menor do que a rede própria estadual de ensino fundamental existente em Porto Alegre. Nesse contexto, é fundamental que se transforme a rede municipal de educação com sabedoria e equilíbrio político. E não se pode esquecer que educação pública não significa educação estatal, devendo-se cuidar da rede estatal, mas também fomentar a educação pública prestada por instituições privadas conveniadas com o município. Aliás, a educação pública não estatal merecerá nossa especial atenção, caso sejamos escolhidos pelos cidadãos porto-alegrenses.

Imperioso destacar que não se faz educação sem professor e, muitas vezes, os conflitos estabelecidos pela ausência de capacidade de diálogo e o fomento ao confronto fazem com que se arrefeça o engajamento e se prejudique quem realmente precisa da educação pública de qualidade, que é o aluno. O foco tem que ser o aluno e é dever do gestor criar a ambiência necessária para que se tenha educação pública de qualidade, dando oportunidade para nossos jovens se desenvolverem e escolherem o caminho de

sua felicidade pessoal e profissional.

É indispensável a união de forças, o engajamento, a capacitação, o envolvimento de todos os atores no processo educacional, a partir de compromissos de diálogo com os profissionais da educação, qualificação da rede municipal e investimento em inovação e tecnologia.

É preciso que o Poder Público reaja. Também a sociedade porto-alegrense deve e precisa assumir a educação como uma prioridade. Ações imediatas são necessárias para não comprometermos as futuras gerações. Deu de crise na educação. Nossas propostas:

- Investir de forma célere e em harmonia com a comunidade escolar em tecnologias para a elaboração roteirizada de aulas digitais visando uniformizar o conteúdo programático mínimo a ser transmitido;
- Viabilizar a disponibilização de dispositivos tecnológicos, aplicativos e conectividade que possam transformar a educação e o conhecimento no ensino fundamental;
- Realizar avaliações próprias e com maior frequência para monitoramento da qualidade da educação municipal e de seus resultados para além dos ciclos do IDEB;
- Aumentar a oferta de atividades no turno inverso da escola, dando alternativas, caminhos e escolhas para que nossos jovens possam ter um futuro melhor;
- Envolver a comunidade escolar no processo educacional, abrindo as escolas para as famílias, com atividades que gerem maior pertencimento e interação de toda comunidade, colocando o aluno no centro da discussão;
- Ter a transparência como ferramenta para o controle social e fiscalização de toda comunidade escolar quanto à evolução do ensino e da aprendizagem;
- Incluir prova didática nos processos de renovação ou contratação de educadores;
- Investir na formação de professores por meio de comunidades práticas,

espaços de trocas e no ensino por competências;

- Ampliar o atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos, qualificando e expandindo a rede conveniada, e atender toda a demanda de pré-escola para crianças de 4 e 5 anos;
- Ampliar a oferta de escolas/vagas na rede pública municipal fundamental por meio de convênios e parcerias.

5. Segurança

A insegurança é sentida pelo cidadão no município em que ele vive. E a sensação de insegurança traz prejuízos para todos e nas mais diversas áreas, reduzindo a qualidade de vida, depreciando o patrimônio público e privado, retirando a tranquilidade e a boa ocupação dos espaços públicos, prejudicando o desenvolvimento econômico, o turismo, a atração de investimentos, enfim, a vida em geral.

A segurança deve ter atenção do município na prevenção, com qualificação da educação, criação de caminhos e oportunidades com atividades esportivas, culturais, e de empreendedorismo e capacitação no turno inverso da escola, geração de emprego e renda, proteção social e acolhimento, tratamento adequado da dependência química e da drogadição, e cuidado com os espaços públicos. Também merece especial atenção na proteção e na repressão aos atos de vandalismo, pichação e criminalidade.

Nesse sentido, segurança é sim uma competência e uma obrigação do governo municipal, sendo fundamental que o prefeito lidere ações para que a cidade tenha um melhor enfrentamento da criminalidade e do vandalismo, a fim de melhorar a qualidade de vida de todos os munícipes.

Assim, assumimos o compromisso de tratar a segurança como uma responsabilidade municipal. Deu de crise na segurança. Nossas propostas:

- Aumentar a integração das forças municipais de segurança com as forças estaduais e federais, bem como estabelecer relações de colaboração com iniciativas da sociedade civil;
- Investir em tecnologia e inovação, ampliando e qualificando o cercamento eletrônico e o monitoramento das atividades ocorridas no município;

- Qualificar e valorizar os espaços públicos, a fim de permitir a melhor utilização pelos cidadãos, afastando a criminalidade e o vandalismo;
- Aumentar a segurança no transporte público, em colaboração com as forças estaduais de segurança e com o uso de tecnologia e monitoramento;
- Fortalecer a presença ostensiva da Guarda Municipal, cuidando dos equipamentos e dos espaços públicos, a fim de que se tenha maior presença da segurança pública em escolas, unidades de saúde, parques, praças e vias públicas, tornando Porto Alegre uma cidade melhor para se viver e se empreender;
- Combater com efetividade o vandalismo e a pichação que tanto depreciam nossa cidade e o patrimônio público e privado;
- Buscar dados e elementos, por meio do fomento à pesquisa e estudos científicos, que permitam ações mais efetivas para a melhoria da segurança pública;
- Investir profundamente em atividades de educação, cultura e esporte para crianças e adolescentes no contraturno escolar;
- Implementar tecnologia de identificação de pessoas para investigação em pontos estratégicos;
- Utilizar o CEIC como ferramenta efetiva de controle e fiscalização da cidade.

6. Cultura, Esporte e Lazer

A cultura tem papel fundamental na qualidade de vida de uma comunidade, trazendo inclusão social e fomentando oportunidades para o desenvolvimento social e econômico. Investir em cultura significa construir uma sociedade melhor para se viver.

Além de cultura, outro tema relevante de desenvolvimento social está relacionado ao esporte. Os benefícios da prática do esporte são reconhecidos tanto na prevenção de doenças, mas também como filosofia de vida ou meio de sustento de muitas famílias. Além disso, as estatísticas mostram que os projetos sociais vinculados ao esporte reduzem efetivamente a evasão escolar e aumentam o índice de desempenho escolar entre os estudantes, além de afastar os nossos jovens do mundo do crime.

A integração das políticas de cultura e esporte permite a geração de novas oportunidades e, em conjunto com opções qualificadas de lazer, reflete diretamente na melhoria da qualidade de vida da população. Deu de crise na cultura, no esporte e no lazer. Nossas propostas:

- Usar as estruturas públicas para desenvolvimento social através da descentralização da cultura, de oficinas e de práticas esportivas, especialmente para crianças e adolescentes no contraturno escolar;
- Incentivar os eventos de rua sem uso de recurso público como o Carnaval de blocos, Noite dos Museus, Natal, Réveillon e outras festas populares;
- Adotar a Economia Criativa como uma das estratégias de desenvolvimento econômico-cultural para Porto Alegre;
- Fortalecer parcerias com outras instituições para estimular projetos e ações voltadas à cultura inclusiva;
- Desenvolver, em parceria com as ações de turismo, uma agenda de eventos com comunicação ativa e incentivo aos investidores;
- Fomentar a contratualização de atividades culturais, seja em equipamentos públicos ou privados, ampliando e qualificando o acesso à cultura para toda a sociedade.
- Qualificar o complexo cultural do Porto Seco por meio de permuta dos terrenos no entorno, criando um centro cultural, de esporte e lazer e disponibilizando serviços públicos contratualizados;
- Acelerar o processo de concessão de parques e praças e a construção do centro de eventos em parceria com a iniciativa privada;
- Implementar uma agenda de eventos esportivos, levando-se em consideração os ativos de nossa Capital, como a grande extensão da orla do Guaíba.

7. Assistência Social, Acessibilidade e Habitação

Há muito tempo não se via em Porto Alegre tantas pessoas em situação de rua, tantos cobertores e colchões sob as marquises e tantas crianças nos semáforos pedindo

comida ou vendendo algo. Em 2016, uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com a FASC, apontou que entre 2011 e 2016 a população em situação de rua aumentou 57%. Estima-se que existam atualmente mais de 4 mil pessoas em situação de rua em Porto Alegre, o que já era uma triste realidade e que se agravou com pandemia.

Importante ressaltar que são múltiplos os fatores que levam à situação de rua, destacando-se a dependência química, as doenças mentais, a falta de habitação, as dificuldades de obtenção de emprego e a insegurança. O programa municipal que buscou enfrentar, de forma interdisciplinar, as múltiplas causas da situação de rua acabaram trazendo resultados insuficientes, levando-se em consideração as necessidades e a dignidade dos cidadãos. A assistência social precisa ser levada a sério, com soluções concretas e efetivas. Os problemas muitas vezes são complexos, mas as necessidades acabam sendo as mais básicas e simples.

Em relação à habitação, um levantamento feito pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) com a Fundação Getúlio Vargas indicou que o déficit habitacional no Brasil cresceu 7% em dez anos (2007 a 2017), atingido a demanda de 7,78 milhões de unidades habitacionais em 2017. Em Porto Alegre, segundo matéria publicada na imprensa com a colaboração do DEMHAB, estimava-se em 2018 que havia cerca de 48 mil famílias sem residência e mais de 75 mil aguardando regularização fundiária. Como muitos casos estão duplicados, por se enquadrarem nos dois subgrupos, a Prefeitura estimava cerca de 60 mil famílias esperando por uma moradia regular. Habitação é parte fundamental da dignidade humana.

Em um tema paralelo, mas que também transita nos conceitos de inclusão social, precisamos de atenção especial para as questões de acessibilidade. Mas não faremos isso do nosso jeito. Seremos fieis ao lema: "Nada sobre nós, sem nós". Segundo o IBGE, em Porto Alegre 23,87% da população possui algum tipo de deficiência, sendo a maior delas a deficiência visual seguida da deficiência motora. Nosso índice supera, proporcionalmente, o Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil. Além disso, essas taxas vêm crescendo em torno de 9,84% a cada década.

Precisamos de um olhar humanizado, que dê a assistência necessária, mas com vistas à emancipação do cidadão. Que realize as intervenções e fiscalizações necessárias

para tornar Porto Alegre uma cidade acessível pelo sentimento de quem tem a necessidade, e não de quem não as tem, e que possa iniciar um formato cooperativado de redução do déficit habitacional, proporcionando muito além da moradia digna. Porto Alegre precisa avançar, mas sem deixar ninguém para trás. Deu de crise na assistência social, habitação e acessibilidade. Nossas propostas:

- Desenvolver e tornar efetivo programa de superação da situação de rua, levando-se em consideração seu caráter interdisciplinar e os múltiplos fatores que causam essa violação à dignidade humana;
- Agir de forma efetiva para que não tenhamos mais crianças em sinaleira e em situação de rua, cuidando do presente e do futuro dos nossos jovens;
- Retomar o projeto "Ação Rua" para reduzir e evitar o trabalho infantil na nossa cidade;
- Intensificar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) que respeitam o ciclo de vida de nosso cidadão;
- Construir um novo olhar na política dos PcDs, oportunizando principalmente novas possibilidades de trabalho;
- Preparar as escolas para os pais ou familiares de PcDs, desenvolvendo atividades durante o período de aulas;
- Capacitar os professores das escolas em cursos de libras em parceria com universidades e para o recebimento e manejo de PcDs através da Escola de Gestão Pública;
- Adaptar o aplicativo *Moovit* para identificação de horário do ônibus acessível e comunicação entre motorista e usuário;
- Conceder parques e praças com requisitos de investimento em acessibilidade (rampas, corrimãos, passeios, piso podotátil e informações acessíveis);
- Desenvolver uma rota de turismo acessível;
- Ampliar a fiscalização sobre calçadas e passeios públicos em parceria com o cidadão;
- Exigir dos concessionários adaptação acessível nas estações de Porto Alegre dos diversos modais de transporte;
- Estabelecer um sistema automatizado de normas para aprovação de

projetos na PMPA, em que o projeto nasça acessível;

- Adaptar os serviços públicos para o atendimento a PcDs e idosos, como uma central de atendimento adaptada *online* e o uso de macas de ambulância em postos de saúde;
- Viabilizar a redução do déficit habitacional por meio das iniciativas de cooperativas habitacionais e autogestão, colaborando com a capacitação profissional, a geração de renda e a inclusão social;
- Auditar os contratos de habitação popular em conjunto com as forças de segurança pública para garantir que o morador seja realmente o beneficiário dos programas sociais, ampliando inclusive a oferta de outros serviços públicos;
- Acelerar os processos de regularização fundiária.

8. Infraestrutura, Mobilidade e Serviços Urbanos

Quando não se sabe onde quer chegar, qualquer caminho serve. É assim que o planejamento de mobilidade e infraestrutura parece ter sido construído ao longo dos últimos tempos. Cada vez mais, nós e gargalos são encontrados em nossa capital e cada vez menos temos soluções sustentáveis.

Perdemos a oportunidade de desenvolver um plano de mobilidade efetivo e sustentável, limitando-se a cumprir exigência legal, com ideais e visões pessoais, sem maior estudo científico. Não é crível que tenhamos o transporte público com linhas sobrepostas, veículos que deixam a desejar, uma bilhetagem ultrapassada e 3 ou 4 estruturas públicas para tratar do mesmo assunto. Que não se consiga em 4 anos fazer uma pesquisa completa de origem e destino para traçar um plano consistente. Que não se revise o modelo integrado de transporte com a região metropolitana, reduzindo o acesso distribuído nas ruas da capital, canalizando em vias com corredores exclusivos ou através de portais. Não houve efetivo investimento em semáforos inteligentes, apenas encontrando uma vasta distribuição dos equipamentos ao longo das vias.

Em termos de infraestrutura, muito pouco se planejou para deixar um legado para a cidade. O próprio plano diretor, que poderia transformar a cidade pelos próximos

10 anos, está relegado, apesar de ser anunciado desde 2018 como grande oportunidade para 2020. Deveria ser uma benção para um gestor público ter a oportunidade de fazer a revisão do Plano Diretor, contribuindo para o planejamento e desenvolvimento de sua cidade para o futuro. Eis mais uma grande oportunidade que se perdeu por instabilidade, conflitos e ausência de liderança estável e segura à frente do Paço municipal.

A prefeitura de Porto Alegre reduziu e até mesmo interrompeu serviços públicos importantes no começo da gestão, como operação tapa buraco, capina e limpeza urbana. O motivo apresentado basicamente era a falta de recursos no orçamento público. Hoje se percebe que foi uma questão de opção política, e que, especificamente em relação à operação tapa buraco, o custo para manter essa operação mensal até que se buscasse uma nova alternativa era irrisório em termos orçamentários. Isso leva a crer que as escolhas tomadas podem não ter sido as melhores.

É fundamental tratar a problemática da mobilidade sob a ótica científica e não ideológica. Sob o aspecto estrutural e não temporizador. Buscando a sustentabilidade, e não meras desculpas políticas. Com coragem para mudar o que for preciso, sem medo de enfrentar o desconhecido, sem ameaça ou criação de um ambiente caótico para viabilizar ideias excêntricas.

Há que se repensar o modelo atual de transporte coletivo e ter uma visão sistêmica e integrada em relação aos diversos modais de mobilidade, com diálogo com os diversos atores ligados ao setor. A mobilidade é um assunto complexo que demanda construção, diálogo, técnica e respeito, não havendo espaço para autoritarismo e meras imposições que não se sustentem no tempo. Muitas são as possibilidades e que precisam ser estudadas, com a racionalização de linhas, o enfrentamento à sobreposição e a necessidade de integração com o transporte metropolitano, a análise de horários e de financiamento do transporte.

Também não se pode esquecer que o futuro da Carris foi objeto de debates na eleição anterior, sendo que não houve avanços em relação a estudos técnicos sobre o melhor caminho a ser seguido. Esse tema tem que ser enfrentado de maneira séria e dialogada, não se podendo desconsiderar e deixar de enfrentar o déficit experimentado pela companhia.

Há que se desenvolver o transporte hidroviário, levando-se em consideração o potencial que Porto Alegre tem com o Guaíba, facilitando especialmente a mobilidade e a ligação do extremo sul de Porto Alegre com o centro de nossa Capital.

É importante dar transparência ao orçamento público para que as pessoas possam conhecer onde os recursos para serviços públicos estão sendo aplicados. Por fim, é fundamental termos uma visão estrutural de futuro, desenvolvendo projetos técnicos de excelência para que não estejamos submetidos apenas a ações simplórias e corretivas. Não será por meio da inaceitável criação de um pedágio que serão enfrentados os desafios que se apresentam. Deu de crise na mobilidade, na infraestrutura e nos serviços urbanos. Nossas propostas:

- Revisar e desdobrar o plano de mobilidade urbana de Porto Alegre;
- Reavaliar o modelo de concessão atual das linhas de transporte público em especial a participação estatal (Carris) no processo operacional;
- Analisar o sombreamento de linhas e assumir definitivamente o processo de bilhetagem eletrônica;
- Desenvolver rotas alternativas às vias arteriais;
- Reestruturar a política de isenções de passagem;
- Dialogar com as entidades empresariais para avaliar o reescalonamento dos horários comerciais para distribuição da movimentação;
- Utilizar técnicas e tecnologias de ponta para monitorar e melhorar a mobilidade urbana;
- Prevenir acidentes através de uma fiscalização ostensiva e sinalização eficiente, mas que em primeiro lugar seja educadora e pedagógica;
- Localizar os nós e gargalos existentes e investir em infraestrutura de forma pontual e eficiente;
- Reestudar a implementação dos BRTs, VLTs e outros sistemas de transporte coletivo, especialmente os menos poluentes;
- Estabelecer um processo de integração com a Região Metropolitana de Porto Alegre para que o transporte metropolitano não tenha necessidade de ir até o centro da Capital;
- Intensificar a fiscalização das calçadas e passeios públicos;
- Desenvolver um plano estrutural de investimento para Porto Alegre,

especialmente para prevenção dos alagamentos e que aumente a capacidade de tratamento e distribuição de água;

- Estabelecer um escritório que funcione como uma usina de projetos de infraestrutura;
- Otimizar os processos de medição, prestação de contas, aprovação e pagamento de fornecedores de obras públicas;
- Otimizar os serviços de coleta de lixo e destinação dos resíduos sólidos de Porto Alegre;
- Revisar e qualificar os padrões técnicos de qualificação asfáltica, de reparo e de postos de visitas das vias públicas;
- Ampliar os contratos de limpeza e conservação urbana, com incremento de automação, transparência e controle de qualidade.

9. Meio Ambiente e Bem-Estar Animal

Porto Alegre tem uma das mais belas paisagens urbanas, com sua abundante arborização, orla do Guaíba, praças e parques. Muitas árvores e áreas de lazer levam o porto-alegrense a tomar seu mate ou passear com a família nestes locais. Gostamos de ocupar os espaços públicos, quando oferecem qualidade e segurança.

Contudo, com o passar dos anos, mostra-se inegável a perda da qualidade das nossas áreas de lazer. Os dois últimos parques inaugurados, o Germânia e a Orla somente puderam ser mantidos com apoio da iniciativa privada, enquanto as mais de 600 praças e os demais parques carecem de investimentos. Além do lazer, a agenda ambiental municipal constitui-se em unidades de conservação que – ao contrário do ideal – poucos moradores já visitaram.

Em relação à agenda de sustentabilidade econômica, Porto Alegre é burocrática e ineficaz. A Lei da Liberdade Econômica trouxe uma nova visão do licenciamento ambiental ao simplificar a licença para atividades de baixo risco. Com isso, o aparato estatal poderia dedicar-se à eficiência do licenciamento aos empreendimentos mais complexos, diminuindo prazos e viabilizando investimentos e geração de emprego e renda. Além disso, os ritos administrativos não são completamente transparentes e previsíveis e, em se tratando de zelo pelo ambiente, pela responsabilidade social e

incentivo ao desenvolvimento econômico, a segurança jurídica é o desafio que urge superar.

As políticas públicas de proteção animal merecem retomar o debate do governo municipal. Isso não se traduz na criação de uma única estrutura voltada para tanto, mas sim explorar ao máximo a capacidade dos equipamentos já existentes e atualmente subutilizados.

Não há, até o presente momento, nenhum custeio federal ou estadual para tal demanda, sendo imprescindível que a Prefeitura atue de forma integrada com organizações não governamentais, protetores independentes e a iniciativa privada.

Há uma quantidade elevada de animais em situação de rua, e a estratégia principal deve consistir nos cuidados básicos de saúde que incluem o controle reprodutivo, a vacinação e o tratamento parasitário buscando, de forma conjunta, o acolhimento transitório e a adoção.

Precisamos de medidas que possibilitem manter e trazer investimentos respeitando o ambiente para que, com mais desenvolvimento, nossas praças, parques e unidades de conservação possam, juntamente com um ambiente sadio e equilibrado, receber investimentos e entregar mais qualidade de vida para todo cidadão. Hoje há previsão legal permitindo a concessão de parques e praças, com a realização de investimentos pela iniciativa privada, mas, até agora, o poder público não conseguiu avançar e apresentar um exemplo concreto. Deu de crise no meio ambiente e no bem-estar animal. Nossas propostas são:

- Acelerar o processo de concessão e adoção de parques e praças, viabilizando investimento privado que traga mais qualidade de vida para nossa cidade;
- Implementar de forma efetiva a lei da liberdade econômica, permitindo que a estrutura estatal possa agilizar a análise de projetos complexos;
- Estruturar o programa Porto Alegre Renovável, investindo na produção de energia limpa, de fontes renováveis, para suprir o consumo dos próprios municipais;
- Utilizar tecnologia para monitoramento de áreas de preservação

permanente (APP) e coleta de resíduos (comercial, industrial e residencial);

- Buscar novas tecnologias para o tratamento de resíduos de Porto Alegre;
- Instituir um programa de educação ambiental e incentivo à compostagem domiciliar;
- Ampliar e monitorar os projetos cooperativados de tratamento de resíduos sólidos;
- Investir no controle populacional por meio de castração de animais de rua e de animais com tutores residentes em áreas de vulnerabilidade social, viabilizando o acesso de tal método com unidades móveis, descentralizando esse tipo de atendimento hoje concentrado unicamente na Unidade de Saúde Animal Victória (Usav);
- Integrar a rede de proteção formada por organizações não governamentais, protetores independentes, com vistas a utilização das ferramentas de comunicação da Prefeitura para divulgação de animais para adoção;
- Intensificar a fiscalização de denúncias de maus-tratos e tráfico de animais de forma integrada com os órgãos estaduais e demais entidades vinculadas aos direitos dos animais.

10. Finanças, Gestão e Governança

Desde 2014, segundo dados públicos, o resultado orçamentário de Porto Alegre vem acumulando superávit ano após ano especialmente pelo aumento no desempenho das receitas próprias (não contabilizando o aumento do IPTU). Por outro lado, no caminho inverso, as receitas com transferência do ICMS, IPVA e FPM vêm reduzindo ano após ano. As despesas continuam subindo, de maneira um pouco mais tênue em 2017, mas já retomando seu índice de crescimento em 2019. Preocupante nesse cenário são as despesas previdenciárias, que em 2019 corresponderam à segunda maior despesa municipal, perdendo somente para a Saúde. E o cenário para as próximas gestões é ainda mais desafiador. Entre 2021 e 2024, estima-se que quase 6 bilhões de reais serão necessários para cobrir o déficit da previdência municipal. Isso significa praticamente o orçamento de um ano inteiro para pagar 4 anos de *déficit* previdenciário.

Entrando no cenário de 2020 (COVID-19), nos períodos mais agudos (março a junho), segundo dados da AIAMU, a arrecadação das Receitas Próprias e das Transferências reduziram R\$ 213,5 Milhões. Em compensação, Porto Alegre receberá R\$192,9 Milhões a título de auxílio federal (recomposição de perdas ICMS/ISS), além de R\$ 12 Milhões de FPM. No primeiro semestre, somente o mês de maio de 2020 teve receita total menor do que no mês correspondente de 2019.

A gestão municipal precisa sim ter propostas inteligentes e inovadoras, que possam ser feitas em parceria com os cidadãos e com a iniciativa privada, mas especialmente que a forma de implementar seja harmoniosa e transparente, em respeito a todos e ao recurso público. A prefeitura de Porto Alegre é a maior proprietária de imóveis da cidade. Muitos deles estão abandonados, mas têm valor mercadológico que podem propiciar obras importantes para nossa cidade. É fundamental que tenhamos disciplina e perseverança, que a sociedade possa acompanhar e contribuir com a melhoria da cidade e que as ações sejam rápidas, exequíveis e tragam resultado, sempre tendo como norte o bem comum e o interesse público. Deu de crise na governança, na gestão e nas finanças municipais. Nossas propostas:

- Desdobrar a estratégia de governo em projetos com começo, meio e fim, estabelecendo a governança disciplinada de planejamento e controle desses projetos e sua estratégia e dando transparência total para a sociedade, dos problemas, dos entraves e das conquistas;
- Elaborar uma peça orçamentária realista em parceria com a Câmara de Vereadores, tendo como centro da discussão os benefícios à sociedade;
- Permutar os imóveis por obras que tragam benefícios à sociedade e redução das despesas com manutenção de próprios municipais ociosos;
- Viabilizar a construção de centro administrativo, com permuta por terrenos e com a concessão da operação predial, reduzindo despesas de aluguel, condomínio, serviços administrativos e manutenção predial, e centralizando os serviços;
- Estruturar uma área de captação de recursos de financiamento que tenha compromisso e objetivo em desenvolver projetos técnicos de excelência em parceria com a iniciativa privada.
- Iniciar o desenvolvimento e implementação de um plano de carreira para

toda Prefeitura, reduzindo as discrepâncias e vinculando as gratificações ao desempenho dos serviços prestados à sociedade, sem aumento de despesas;

- Aperfeiçoar a central de atendimento ao cidadão e ao empreendedor de forma acessível, virtual e menos burocrática;
- Implantar o programa de qualidade do gasto, nos moldes da Controladoria Geral da União – CGU, que busque evitar o desperdício do gasto público em compras públicas, custeio e subvenções sociais e transferências;
- Reestabelecer o programa de benefício da NFSe, a fim de incrementar a arrecadação, sem aumento tributário, gerando retorno aos cidadãos;
- Propor projeto de lei que permita a migração de servidores do regime de previdência simples para o regime de previdência capitalizado, reduzindo o déficit previdenciário, sem comprometer o fundo de capitalização.

11. Transparência e Participação Social

A incessante evolução das tecnologias ao redor do mundo proporcionou uma nova forma de governos interagirem com a sociedade. O Governo Eletrônico foi substituído pelo Governo Digital. Com o objetivo de modernizar a administração pública, o governo digital reconstrói processos e utiliza dados disponíveis para otimizar e transformar os serviços públicos aos olhos do cidadão, além de reduzir a burocracia e o custo operacional da Administração Pública.

Entretanto, na Prefeitura de Porto Alegre, por exemplo, a multiplicidade de cadastros de usuários e a ausência da interoperabilidade entre dezenas de sistemas existentes obriga o cidadão a uma perda de tempo irre recuperável para a solicitação da prestação de serviços ou informações de competência do Executivo Municipal.

Em pesquisa realizada pelo Projeto Internacional de Orçamento (*IBP - International Budget Project*), foi identificado que, embora haja divulgação dos números de gestão, a complexa linguagem técnica utilizada e o formato não aberto das peças orçamentárias dificultam a compreensão da sociedade. E esta realidade também é presenciada em Porto Alegre. Os anos passaram e o portal Transparência não sofreu

melhorias em comparação às demais Capitais do País. Ademais, o próprio ObservaPoa sofreu com a falta de evolução e melhorias nos últimos anos. Soma-se a isso a grande quantidade de trocas de liderança ou mesmo a assunção de lideranças interinas, denotando que a transparência não foi tratada com a prioridade prometida.

Há também a necessidade da participação mais intensa da sociedade no conhecimento e críticas das contas e números municipais, atuando como um grande fiscal do poder público, ajudando o gestor municipal na verificação da qualidade dos serviços e das obras em andamento da Prefeitura Municipal.

Também o Orçamento Participativo, marca da cidade de Porto Alegre e exemplo de democracia participativa, merece atenção e respeito pelo Poder Público, permitindo a participação cidadã, o protagonismo de um maior número de pessoas e o controle social, por meio de ferramenta que demanda do poder público priorização do atendimento a demandas sociais e comunitárias, com respeito às comunidades. Precisamos virar essa página de violação à transparência e à democracia participativa. Deu de crise na transparência e na participação social. Nossas propostas:

- Desenvolver uma Estratégia de Governo Digital para o período de 2021 a 2024, a fim de nortear e alinhar todas as ações dos órgãos municipais, bem como simplificar o relacionamento das pessoas com o governo por meio de um ambiente digital em um cenário ainda mais intuitivo, interativo e amigável;
- Integrar e modernizar todas as plataformas de atendimento ao cidadão, oferecendo um único cadastro em todas as solicitações, informações, reclamações, sugestões ou denúncias requeridas, bem como o acompanhamento em tempo real;
- Elaborar o orçamento público voltado ao cidadão, com documento-síntese da peça orçamentária que exprima, em termos mais simples e objetivos, a utilização dos recursos públicos do Município;
- Disponibilizar o orçamento em formato aberto e inteligível, que permita pesquisas e análises dos dados de forma veloz e eficiente;
- Implantar um projeto de Auditoria Cidadã, com o apoio e acompanhamento da Sociedade Civil para fortalecer o Controle Social na

Cidade de Porto Alegre;

- Priorizar a modernização do Portal Transparência e Acesso à Informação de Porto Alegre para maior agilidade e acessibilidade nas informações geradas pelo município à sociedade;
- Recolocar o orçamento participativo, uma marca de Porto Alegre, como ferramenta de atendimento às demandas sociais, potencializando a participação cidadã através de tecnologia;
- Tornar transparentes e claros todos os processos e valores de renúncia de receita e contrapartida de empreendimentos.

Nunca é demais lembrar que um plano de cidade é um projeto em constante construção e aperfeiçoamento. Mais fácil e menos arriscado seria apresentar um projeto genérico, sem assumir compromissos ou sem apontar caminhos, mas isso certamente prejudicaria o debate e faria com que perdêssemos uma oportunidade fundamental de discussão do futuro de Porto Alegre.

Aqui se apresenta um projeto concreto para Porto Alegre, com visão de mundo e posicionamento, submetendo ao controle e à participação de todos, sujeito a críticas e necessidade de correções, a fim de que, juntos, possamos construir a Porto Alegre que queremos e merecemos. Participe e venha conosco nessa caminhada.

Gustavo Paim e Carmen Santos.